



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



Excelentíssimo Senhor

Vilmar Maccari

Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco – Paraná.

O vereador **Carlinho Antonio Polazzo – PROS**, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, submete à apreciação da Câmara Municipal de Pato Branco o seguinte Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 139/2019

Institui a restaurantes, lanchonetes e similares, localizados no Município de Pato Branco, a obrigatoriedade de disponibilizar cadeira infantil aos seus clientes e dá outras providências.

Art. 1º Ficam os restaurantes, lanchonetes e similares localizados no Município de Pato Branco obrigados a disponibilizar cadeira infantil aos seus clientes.

Parágrafo único. A cadeira infantil deverá oferecer condições adequadas de conforto e segurança às crianças que frequentarem os estabelecimentos referidos no caput.

Art. 2º Os estabelecimentos indicados no artigo 1º terão o prazo de 60 (sessenta) dias, contados da publicação desta Lei, para se adequarem às suas disposições.

Art. 3º A quantidade de assentos infantis a serem disponibilizados corresponderá à quantidade suficiente para atender à demanda dos clientes que necessitarem dos assentos.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Pato Branco, 26 de abril de 2019.

Carlinho Antonio Polazzo
Vereador – PROS





Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei busca Instituir a restaurantes, lanchonetes e similares localizados no Município de Pato Branco a obrigatoriedade de disponibilizar cadeira infantil aos seus clientes.

Muitas vezes a família procura esses estabelecimentos acompanhados de filhos ainda pequenos, os quais necessitam de assento específico para criança e muitos locais não dispõem, gerando transtornos aos pais e desconforto à essas crianças.

Com esta medida proporcionaremos melhores condições para os pais irem com seus filhos pequenos nos estabelecimentos mencionados.

Trata-se de uma medida de valorização às famílias e às crianças pequenas pois deixariam de terem assento improvisado, para terem direito a assento com conforto e segurança.

Por tratar-se de matéria revestida de interesse público, rogamos aos demais pares pela aprovação do presente Projeto de lei.

Pato Branco, 26 de abril de 2019.

Carlinho Antonio Polazzo
Vereador – PROS






Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Recebi nesta data, na condição de Presidente da **COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**, abaixo assinado, conforme estabelece o artigo 133-A, do Regimento Interno do Poder Legislativo Municipal, o Projeto de Lei nº 139/2019.

Pato Branco, 30/04/2019.


Joecir Bernardi - SD
Presidente



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



Ao Departamento Legislativo
Câmara Municipal de Pato Branco - Paraná

O Vereador infra-assinado **Joecir Bernardi - SD**, Relator pela Comissão de Justiça e Redação, ao Projeto de Lei nº 139/2019, solicita **Parecer Jurídico** referente a matéria proposta para que, posteriormente, esta relatoria possa emitir o Parecer da comissão.

Pato Branco, 08 de maio de 2019.

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO PR
Protocolo Geral -10-Mai-2019-09:56:03:130-1/1


Joecir Bernardi - SD
Relator





Câmara Municipal de Pato Branco
Estado do Paraná

PROCURADORIA JURÍDICA

Recebi nesta data, na condição de **PROCURADOR JURÍDICO**, abaixo assinado, conforme estabelece o § 1º do artigo 133-A do Regimento Interno do Poder Legislativo Municipal, o **Projeto de Lei nº 139/2019**.

Pato Branco, 10 de maio de 2019.





Câmara Municipal de Pato Branco

Sede Administrativa: Carlos Almeida



Projeto de Lei nº 139/2019

Autoria: Carlinho Antonio Polazzo (PROS)

PARECER JURÍDICO

O insigne vereador Carlinho Antonio Polazzo (PROS) apresentou o projeto de lei em epígrafe numerado, que tem o objetivo de instituir a obrigatoriedade a restaurantes, lanchonetes e similares disponibilizar cadeira infantil aos seus clientes.

Fundamenta, em apertadas Justificativas, da importância da proposição, na medida em que traz melhores condições tanto para a criança quanto para os pais.

É o breve resumo. Passa-se, adiante, às razões do presente parecer.

A matéria legislativa posta em discussão pode ser encarada como tipicamente de interesse local, dentro da abrangência municipal, conforme permissivo constitucional estampado no art. 30, I, da Constituição Federal.

Neste sentido, ensina Alexandre de Moraes que *"Apesar de difícil conceituação, interesse local refere-se aos interesses que disserem respeito mais diretamente às necessidades imediatas do município, mesmo que acabem gerando reflexos no interesse regional (Estados) ou geral (União)".*¹

E ainda, o mesmo jurista leciona que *"As competências legislativas do município caracterizam-se pelo princípio da predominância do interesse local, consubstanciando-se em: competência genérica em virtude da predominância do interesse local (CF, art. 30, I)".*

Outrossim, o amparo aos direitos da criança foi elevado constitucionalmente como sendo um dever conjunto entre a família e o Estado. Neste sentido, a Carta Magna de 1988 determina:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à

¹ MORAES, Alexandre de. **Constituição do Brasil Interpretada e legislação constitucional**. 8ª Ed. São Paulo, Atlas, 2001. P. 685.



Câmara Municipal de Pato Branco

Sede Administrativa: Carlos Almeida



dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Outrossim, a intenção do nobre Edil é fulcrado do chamado poder de polícia que detém o Município. Sobre o tema, o saudoso administrativista Prof. Hely Lopes Meirelles, em sua obra *Direito Municipal Brasileiro – 6ª Edição Atualizada – Malheiros Editores*, com muita propriedade, assim se manifesta:

“A polícia administrativa municipal deve estender-se a todos os locais públicos ou particulares abertos à frequência coletiva, mediante pagamento ou gratuitamente, bem como aos veículos de transporte coletivo.

A propósito, observou Rasori que os habitantes da cidade, na satisfação de suas necessidades e complexas necessidades de toda ordem, criam, por assim dizer, o sítio público, ou seja, os espaços onde devem transitar, frequentar e permanecer. A calçada, a praça, o parque, o veículo, o café, o mercado, o cinema, o teatro, o restaurante, a estação, constituem, entre outros, locais de assistência e frequência coletiva.

Nesses lugares a Administração municipal dispõe de amplo poder de regulamentação, colimando a segurança, a higiene, o conforto, a moral, a estética e demais condições convenientes ao bem estar do público.

O conforto e a estética da cidade andam sempre juntos, como requisitos da civilização e da funcionalidade urbana. A cidade, como a casa, há de ser feita para o homem, atendendo às necessidades de sua natureza física e espiritual. Assim, são exigências perfeitamente compreensíveis para todo local, veículo ou logradouro público as de um mínimo de mobiliário, de utensílios indispensáveis ao conforto dos indivíduos e de arranjo artístico compatível com o nível cultural do povo ou dos cidadãos que o vão utilizar ou frequentar. Dentro dessa concepção humana e racional da cidade moderna cabem todas as exigências de polícia administrativa que as Administrações locais reputarem convenientes, úteis ou necessárias em prol da segurança, da funcionalidade, da salubridade, do conforto e da estética urbana.

Esse policiamento se estende a todas as atividades e estabelecimentos urbanos, desde a sua localização até a instalação e funcionamento, não para o controle do exercício profissional e do rendimento econômico, alheios à alçada municipal, mas para a verificação da segurança e da higiene do recinto, bem como da própria localização do empreendimento (escritório, consultório, banco, casa comercial, indústria, etc.) em relação aos usos permitidos nas normas de zoneamento da cidade.

Para esse policiamento deve o Município indicar o proceder do administrado, regulamentar a fiscalização e cobrar as taxas estabelecidas por lei. Nessa regulamentação se inclui a fixação do horário do comércio



Câmara Municipal de Pato Branco

Sede Administrativa: Carlos Almeida



em geral e das diversificações para certas atividades ou estabelecimentos, bem como o modo de apresentação das mercadorias, utilidades e serviços oferecidos ao público.


Por isso, a jurisprudência tem consagrado reiteradamente a validade de tal regulamentação e das respectivas sanções como legítima expressão do interesse local.

Pelo que se observa do texto acima, o objeto da proposição encontra referência no poder de polícia do Município, uma vez que busca proporcionar segurança e conforto às crianças e seus pais em restaurantes, lanchonetes e similares.

A título de sugestão, embora a matéria poderá ser objeto de decreto regulamentador, recomenda-se que haja previsão de multa expressa na norma no caso de descumprimento de suas disposições, devendo ser confeccionada emenda aditiva neste sentido.

É o parecer favorável.

Pato Branco, 30 de julho de 2019.


Luciano Beltrame
Procurador Legislativo


José Renato Monteiro do Rosário
Assessor Jurídico



P. 2640
CÂMARA MUNICIPAL DE
PATO BRANCO



COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 139/2019

TIPO DE MATÉRIA: Projeto de Lei.
ORIGEM: Legislativo Municipal.
PROPONENTE: Carlinho Antonio Polazzo - PROS
RELATOR: Vereador Joiceir Bernardi - SD

SÍNTESE

Através do Projeto de Lei nº 139/2019, o autor propõe instituir a restaurantes, lanchonetes e similares, localizados no município de Pato Branco, a obrigatoriedade de disponibilizar cadeira infantil aos seus clientes e dá outras providências.

RELATÓRIO

O Vereador proponente protocolou na Secretaria da Câmara Municipal, projeto propondo instituir a restaurantes, lanchonetes e similares, localizados no município de Pato Branco, a obrigatoriedade de disponibilizar cadeira infantil aos seus clientes e dá outras providências.

Em sua justificativa aduz o proponente que o projeto de lei em tela busca proporcionar melhores condições para os pais irem com seus filhos pequenos, aos locais acima mencionados. Pois muitos destes lugares não dispõem destas cadeiras infantis, gerando transtornos aos pais e desconforto às crianças.

CONSIDERANDO que a proposição está plenamente fundamentada com os documentos indispensáveis e necessários para a sua análise, o Relator da Comissão de Justiça e Redação, após análise criteriosa da matéria em tela, concluiu por emitir parecer **FAVORÁVEL À TRAMITAÇÃO** do projeto de Lei em tela e encaminhá-lo ao setor competente para prosseguimento e após, para apreciação e deliberação em Plenário.

É o Relatório.



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná

(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1502

✉ <http://www.patobranco.pr.leg.br> / vereadorjoeir@patobranco.pr.leg.br



okan
(Handwritten signature)
(Handwritten signature)



CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO



CONCLUSÃO

Concluimos por emitir parecer **FAVORÁVEL À TRAMITAÇÃO** do projeto de lei nº 139/2019. s.m.j.

Pato Branco, 13 de agosto de 2019.


Joecir Bernardi – SD
Presidente/Relator

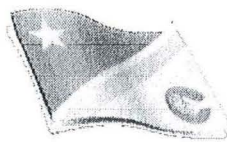

Marines Boff Gerhardt – PSDB
Membro


Marco Antonio Augusto Pozza - PSD
Membro


Rodrigo José Correia – PSC
Membro


Carlinho Antonio Polazzo - PROS
Membro





ATA Nº 09/2019 REUNIÃO DA COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Aos 19 dias do mês de agosto de 2019, às 16h20, na Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Pato Branco, reuniram-se os vereadores membros da Comissão de Políticas Públicas: **Fabício Preis de Mello - PSD, Moacir Gregolin - MDB e Ronalce Moacir Dalchiavan - PP (Presidente)** e os assessores parlamentares Neivor Barro, Leandro Lamp e Aline Barão, para deliberarem sobre os projetos de competência desta Comissão. O Presidente solicitou à assessora Aline Barão para secretariar a reunião e lavrar a presente ata. Na sequência, o Presidente cumprimentou a todos e deu início aos trabalhos. Após amplo debate, os vereadores concordaram, por unanimidade, em emitir PARECER FAVORÁVEL à tramitação dos **Projetos de Lei nº 12/2019**, que institui o Dia de Combate à Violência contra o Taxista; nº **122/2019**, que acrescenta dispositivo à Lei nº 3277, de 27 de novembro de 2009, que instituiu a Semana Municipal do Aleitamento Materno; nº **153/2019**, que cria o Programa "Inclusão Digital da Terceira Idade" no Município de Pato Branco e dá outras providências; nº **133/2019**, que institui a Política de Desenvolvimento do Turismo Rural em Pato Branco; e nº **208/2019**, que institui o Programa de Recuperação Fiscal - REFIS Pato Branco 2019. O vereador Fabricio informou que solicitará ao Sindicato dos Hotéis Restaurantes Bares e Similares de Pato Branco para que se manifeste a respeito do Projeto de Lei nº nº **139/2019**, que institui a restaurantes, lanchonetes e similares, localizados no Município de Pato Branco, a obrigatoriedade de disponibilizar cadeira infantil aos seus clientes e dá outras providências. Os vereador Ronalce informou aos demais membros que não emitiu o parecer favorável ao projeto de lei nº **210/2019**, que altera dispositivos da Lei nº 4966, de 18 de maio de 2017, que dispõe sobre a apresentação de artistas de rua nos logradouros públicos do Município de Pato Branco, conforme havia sido acordado na última reunião (ata nº 09), porque a Assessoria Jurídica da Casa solicitou a rejeição ao regime de urgência do referido projeto. Além disso, todos concordaram em aguardar a emissão do parecer jurídico para posteriormente emitir o parecer desta comissão, devido a complexidade da matéria. Nada mais havendo a ser tratado, lavramos a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelos de competência.

Pato Branco, 19 de agosto de 2019.

Ronalce Moacir Dalchiavan - PP
Presidente

Fabício Preis de Mello - PSD
Membro

Aline Monike Barão
Assessora parlamentar

Moacir Gregolin - MDB
Membro



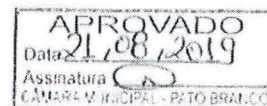


CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

GABINETE DO VEREADOR FABRICIO PREIS DE MELLO - PSD

Excelentíssimo Senhor
Vilmar Maccari
Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco

REQUERIMENTO Nº 1774/2019



Requer seja oficiado ao Sindicato dos Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Pato Branco, para que analise e manifeste-se tecnicamente acerca do Projeto de Lei nº 139/2019, que institui a restaurantes, lanchonetes e similares, localizados no Município de Pato Branco, a disponibilizar cadeira infantil aos seus clientes e dá outras providências, de autoria do Vereador Carlinho Antonio Polazzo - PROS.

O vereador infra-assinado, **Fabricio Preis de Mello – PSD**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, requer seja oficiado ao Sindicato dos Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Pato Branco (R. Afonso Pena, 1822 - Menino Deus, Pato Branco - PR, 85501-530, Telefone:(46) 3225-1252), para que analise e manifeste-se tecnicamente acerca do Projeto de Lei nº 139/2019, de autoria do vereador Carlinho Antonio Polazzo - PROS, que institui a restaurantes, lanchonetes e similares, localizados no Município de Pato Branco, a disponibilizar cadeira infantil aos seus clientes e dá outras providências.

Justifica-se a solicitação, para que posteriormente o relator possa exarar parecer ao Projeto de Lei.

Nestes termos, pede deferimento.
Pato Branco, 21 de agosto de 2019.


Fabricio Preis de Mello
Vereador – PSD



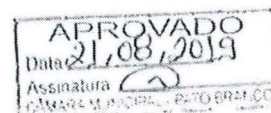


CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

GABINETE DO VEREADOR FABRICIO PREIS DE MELLO - PSD

Excelentíssimo Senhor
Vilmar Maccari
Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco

REQUERIMENTO Nº 1775/2019

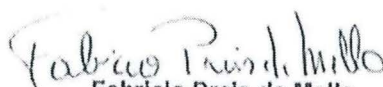


Requer seja oficiado à ACEPB - Associação Empresarial de Pato Branco, para que analise e manifeste-se tecnicamente acerca do Projeto de Lei nº 139/2019, que institui a restaurantes, lanchonetes e similares, localizados no Município de Pato Branco, a obrigatoriedade de disponibilizar cadeira infantil aos seus clientes e dá outras providências, de autoria do Vereador Carlinho Antonio Polazzo - PROS.

O vereador infra-assinado, Fabricio Preis de Mello – PSD, no uso de suas atribuições legais e regimentais, requer seja oficiado a ACEPB - Associação Empresarial de Pato Branco (Rua Xavantes, 315 - 1º Andar - Centro 85501-220 - Telefone (46) 3225-1237), para que analise e manifeste-se tecnicamente acerca do Projeto de Lei nº 139/2019, de autoria do Vereador Carlinho Antonio Polazzo - PROS, institui a restaurantes, lanchonetes e similares, localizados no Município de Pato Branco, a obrigatoriedade de disponibilizar cadeira infantil aos seus clientes e dá outras providências.

Justifica-se a solicitação, para que posteriormente o relator possa exarar parecer.

Nestes termos, pede deferimento.
Pato Branco, 21 de agosto de 2019.


Fabricio Preis de Mello
Vereador – PSD





Câmara Municipal de Pato Branco
Estado do Paraná



COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Recebi nesta data, na condição de Presidente da COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS, abaixo assinado, conforme estabelece o artigo 133-A, do Regimento Interno do Poder Legislativo Municipal, o Projeto de Lei nº 139/2019.

Pato Branco, 16/08/2019.

Ronalce Moacir Dalchiavan - PP
Presidente

Relator: Fabrizio Pires de Mello



ATA Nº 10/2019 REUNIÃO DA COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Aos 9 dias do mês de setembro de 2019, às 16h00, na Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Pato Branco, reuniram-se os vereadores membros da Comissão de Políticas Públicas: **Fabício Preis de Mello - PSD, Moacir Gregolin - MDB e Ronalce Moacir Dalchiavan - PP (Presidente)** e os assessores parlamentares Neivor Barro, Leandro Lamp e Aline Barão, para deliberarem sobre os projetos de competência desta Comissão. O Presidente solicitou à assessora Aline Barão para secretariar a reunião e lavrar a presente ata. Na sequência, o Presidente cumprimentou a todos e deu início aos trabalhos. Após amplo debate, os vereadores concordaram, por unanimidade, em emitir PARECER FAVORÁVEL à tramitação dos **Projetos de Lei nº 139/2019**, que institui a restaurantes, lanchonetes e similares, localizados no Município de Pato Branco, a obrigatoriedade de disponibilizar cadeira infantil aos seus clientes e dá outras providências; **nº 21/2019**, que dispõe sobre a Política Municipal de Educação para o Trânsito – PMET, no âmbito do Município de Pato Branco; **nº 197/2019**, que institui o “Selo Empresa Amiga do Idoso” no âmbito do Município de Pato Branco e dá outras providências; e **nº 44/2019**, que institui a “Semana do Empreendedorismo” no Calendário Oficial de Datas e Eventos do Município de Pato Branco. Também concordaram em emitir PARECER FAVORÁVEL ao Projeto de Resolução nº **3/2019**, que institui o Prêmio “Mulher Destaque” de Pato Branco. O vereador Fabício informou que emitirá PARECER CONTRÁRIO ao Projeto de Lei nº **45/2019**, que cria o Programa Internet Cidadã, destinado a atender aos usuários da Unidade de Pronto Atendimento – UPA e das demais unidades básicas de saúde. O mesmo vereador, relator do Projeto de Lei nº **60/2019**, informou que solicitou novamente a manifestação da Secretaria Municipal de Saúde, tendo em vista que o projeto sofreu recentes alterações através do substitutivo que foi apresentado, e está aguardando a chegada do Parecer desta Secretaria para posteriormente discutir a matéria com a Comissão. O vereador Ronalce informou que não está mais com a relatoria do Projeto de Lei nº **210/2019**, pois seu Regime de Urgência foi derrubado pelo Plenário e ele foi novamente distribuído à Comissão de Justiça e Redação. Nada mais havendo a ser tratado, lavramos a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelos de competência.

Pato Branco, 9 de setembro de 2019.

Ronalce Moacir Dalchiavan – PP
Presidente

Fabício Preis de Mello – PSD
Membro

Aline Monike Barão
Assessora parlamentar

Moacir Gregolin - MDB
Membro





P.3032
**CÂMARA MUNICIPAL DE
PATO BRANCO**



COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

PARECER: Projeto de Lei nº 139/2019

SÚMULA: Institui a restaurantes, lanchonetes e similares, localizados no Município de Pato Branco, a obrigatoriedade de disponibilizar cadeira infantil aos seus clientes e dá outras providências.

Autor: Carlinho Antonio Polazzo - PROS

Busca o autor, através do Projeto de Lei em análise, obrigar os restaurantes, lanchonetes, bares e similares, a disponibilizarem cadeira infantil aos seus clientes.

Em justificativa, o autor menciona que muitas vezes a família frequenta esses estabelecimentos acompanhados de filhos ainda pequenos, os quais necessitam de assento específico para criança e muitos locais não dispõem, gerando transtornos aos pais e desconforto à essas crianças.

Importante destacar que foram oficiadas algumas entidades de nosso município, para que se manifestassem acerca da matéria, no entanto, até a data de elaboração deste parecer, não houve manifestação opinativa.

Sendo assim, estando o projeto dentro da legalidade e, revestido de interesse público, optamos por emitir **PARECER FAVORÁVEL** a sua regimental tramitação.

É o nosso parecer, SMJ.
Pato Branco, 11 de setembro de 2019.


Fabricio Preis de Mello – PSD
Membro- Relator


Moacir Gregolin - MDB
Membro


Ronalce Moacir Dalchiavon – PP
Presidente



Rua Araribóia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1520



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / vereadorfabricio@patobranco.pr.leg.br






CÂMARA MUNICIPAL DE
PATO BRANCO

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Recebi nesta data, na condição de Presidente da COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO, abaixo assinado, conforme estabelece o artigo 133-A, do Regimento Interno do Poder Legislativo Municipal, o Projeto de Lei nº 139/2019.

Pato Branco, 19/09/2019.


José Gilson Feitosa da Silva – PT
Presidente

Relator: Claudemir Franco



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná

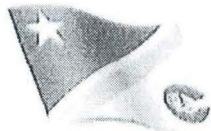


(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1513



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / rozane@patobranco.pr.leg.br





CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO



Câmara Municipal de Pato Branco



PROTOCOLO GERAL 3453/2019
Data: 15/10/2019 - Horário: 16:40
Legislativo - REQ 2207/2019

Excelentíssimo Senhor
VILMAR MACCARI
Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco

REQUERIMENTO Nº 2207 /2019



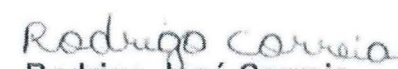
Solicitam ao SHBRS Sindicato dos Hotéis Restaurantes Bares do Sudoeste do Paraná para que se manifeste a respeito do Projeto de Lei nº **139/2019** que institui a restaurantes, lanchonetes e similares, localizados no Município de Pato Branco, a obrigatoriedade de disponibilizar cadeira infantil aos seus clientes e dá outras providências.


Os vereadores que abaixo assinam, membros da Comissão de Finanças e Orçamentos, no uso de suas atribuições legais e regimentais, requerem seja oficiado ao SHBRS Sindicato dos Hotéis Restaurantes Bares do Sudoeste do Paraná (Rua Afonso Pena, 1822 - B. Samburgaro - Pato Branco-PR.), para que emita parecer referente ao Projeto de Lei nº 139/2019 que institui a restaurantes, lanchonetes e similares, localizados no Município de Pato Branco, a obrigatoriedade de disponibilizar cadeira infantil aos seus clientes e dá outras providências. , cópia anexa.

O referido Projeto de Lei encontra-se nesta Comissão para posterior emissão de parecer.

Nestes termos, pede deferimento.
Pato Branco, 14 de outubro de 2019.


Claudemir Zanco – PDT
(Membro/Relator)


Rodrigo José Correia
(Membro)


José Gilson Feitosa-PT
(Presidente)



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná

(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1541

✉ <http://www.patobranco.pr.leg.br> / vereadorbiruba@patobranco.pr.leg.br





CÂMARA MUNICIPAL DE
PATO BRANCO

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Recebi nesta data, na condição de Presidente da COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO, abaixo assinado, conforme estabelece o artigo 133-A, do Regimento Interno do Poder Legislativo Municipal, **o Projeto de Lei nº 139/2019.**

Pato Branco, 7 de fevereiro de 2020.

Carlinho Antonio Polazzo - PROS
Presidente

Relator: Vilmar Macari

Data: 30/02/2019





Solicitação de Resposta - Projeto de Lei nº 139/2019 - Requerimentos 1774/2019 e 2207/2019

vereadormaccari@patobranco.pr.leg.br

13 de Fevereiro de 2020 09:32

Para: shbrs@hotmail.com

Bom Dia Claudia,

Conforme conversamos via whats, seguem os 2 ofícios (com o mesmo teor) enviados para vocês que ainda não tivemos resposta bem como projeto de lei nº 139/2019 na íntegra para a análise.

Aguardamos um retorno breve.

Obrigado,

Fernanda Chioquetta.

Assessora Parlamentar Vereador Vilmar Maccari

Ofício nº 619/2019-DL Pato Branco, 22 de agosto de 2019.

Senhores:

Encaminhamos à Vossa Senhoria cópia da proposição, aprovada por unanimidade na sessão ordinária realizada no dia **21 de agosto de 2019**, conforme segue:

- **Requerimento nº 1774/2019**, de autoria do vereador Fabricio Preis de Mello - PSD. (**Projeto de Lei nº 139/2019**).

Respeitosamente.

Vilmar Maccari

Presidente

Ao Sindicato dos Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Pato Branco

Rua Afonso Pena, 1822 -

Bairro Menino Deus

Ofício nº 795/2019-DL Pato Branco, 17 de outubro de 2019.

Senhor:

Encaminhamos à Vossa Senhoria cópia da proposição, aprovada por unanimidade na sessão ordinária realizada no dia **16 de outubro de 2019**, conforme segue:

- **Requerimento nº 2207/2019**, de autoria dos vereadores Claudemir Zanco - PDT, José Gilson Feitosa da Silva - PT, Rodrigo José Correia - PSC.

OBS.: O **Projeto de Lei nº 139/2019** na íntegra pode ser acessado através do endereço eletrônico:

https://sapl.patobranco.pr.leg.br/media/sapl/public/materialegislativa/2019/2864/projeto_de_lei_no_139-2019_CvI7FcK.pdf

Respeitosamente.

Vilmar Maccari

Presidente

Ao SHBRS Sindicato dos Hotéis, Restaurantes, Bares do Sudoeste do Paraná

Rua Afonso Pena, 1822

Bairro Sanguaro

Pato Branco – Paraná

**Solicitação de Resposta - Projeto de Lei nº 139/2019 - Requerimento nº 1775/2019**

vereadormaccari@patobranco.pr.leg.br

13 de Fevereiro de 2020 09:39

Para: financeiro@acepb.com.br

Bom Dia Clayton,

Gostaríamos de contar com vossos préstimos em relação a resposta do ofício abaixo enviado para a ACEPB no ano passado e que ainda não tivemos resposta, bem como projeto de lei nº 139/2019 na íntegra para a análise.

Aguardamos um retorno breve.

Obrigado,

Fernanda Chioquetta.

Assessora Parlamentar Vereador Vilmar Maccari

Ofício nº 620/2019-DL Pato Branco, 22 de agosto de 2019.**Senhores:**

Encaminhamos à Vossa Senhoria cópia da proposição, aprovada por unanimidade na sessão ordinária realizada no dia 22 de agosto de 2019, conforme segue:

- **Requerimento nº 1775/2019**, de autoria do vereador Fabricio Preis de Mello - PSD. (**Projeto de Lei nº 139/2019**).

Respeitosamente.

Vilmar Maccari

Presidente

À ACEPB - Associação Comercial e Empresarial de Pato Branco

Rua Xavantes, 315 - 1º Andar



Exmº. Srº.

Moacir Gregolin

Presidente Câmara Municipal de Pato Branco

Câmara Municipal de Pato Branco



PROTOCOLO GERAL 480/2020
Data: 05/03/2020 - Horário: 08:33
Legislativo - EM 8/2020

Os vereadores infra-assinados, **Carlinho Antonio Polazzo - PROS**, **José Gilson Feitosa da Silva - PT** e **Vilmar Maccari - PDT**, membros da Comissão de Finanças e Orçamento, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, apresentam para a apreciação do douto Plenário desta Casa de Leis, **EMENDA ADITIVA** ao **Projeto de Lei nº 139/2019**, que institui à restaurantes, lanchonetes e similares, localizados no município de Pato Branco, a obrigatoriedade de disponibilizar cadeira infantil aos seus clientes e dá outras providências.



EMENDA ADITIVA:

Acrescenta o artigo 4º ao Projeto de Lei nº 139/2019 que passa a vigorar com a seguinte redação e renumera os artigos demais:

Art. 4º O não cumprimento desta Lei sujeita o infrator às sanções previstas na Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor.

Nestes termos pedem deferimento.
Pato Branco, 02 de março de 2020.

Carlinho Antonio Polazzo (PROS)

José Gilson Feitosa da Silva (PT)

Vilmar Maccari (PDT)





COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 139/2019.



O Vereador Carlinho Antonio Polazzo - PROS, propôs o Projeto de Lei nº 139/2019, que tem por objetivo instituir a obrigatoriedade a restaurantes, lanchonetes e similares disponibilizar cadeira infantil aos seus clientes.

Em síntese, justifica o autor, que a proposição é importante porque traz melhores condições tanto para a criança quanto para os pais. Muitas vezes a família procura esses estabelecimentos acompanhados de filhos ainda pequenos, os quais necessitam de assento específico para criança e muitos locais não dispõem, gerando transtornos aos pais e desconforto à essas crianças.

Com esta medida visa o projeto de lei proporcionar melhores condições para os pais irem com seus filhos pequenos nos estabelecimentos mencionados.

Trata-se de uma medida de valorização às famílias e às crianças pequenas pois deixariam de terem assento improvisado, para terem direito a assento com conforto e segurança.

A proposição está plenamente fundamentada e sendo de interesse público, após a análise optamos por exarar **PARECER FAVORÁVEL**, à sua tramitação e aprovação por esta Casa de Leis.

É o nosso parecer, SMJ.
Pato Branco, 02 de março de 2020.

Carlinho Antonio Polazzo (PROS)
Presidente

José Gilson Feitosa da Silva (PT)
Membro

Vilmar Maccari (PDT)
Membro - Relator





PROJETO DE LEI Nº 139/2019

Institui a restaurantes, lanchonetes e similares, localizados no Município de Pato Branco, a obrigatoriedade de disponibilizar cadeira infantil aos seus clientes e dá outras providências.

Art. 1º Ficam os restaurantes, lanchonetes e similares localizados no Município de Pato Branco obrigados a disponibilizar cadeira infantil aos seus clientes.

Parágrafo único. A cadeira infantil deverá oferecer condições adequadas de conforto e segurança às crianças que frequentarem os estabelecimentos referidos no *caput*.

Art. 2º Os estabelecimentos indicados no art. 1º terão o prazo de 60 (sessenta) dias, contados da publicação desta Lei, para se adequarem às suas disposições.

Art. 3º A quantidade de assentos infantis a serem disponibilizados corresponderá à quantidade suficiente para atender à demanda dos clientes que necessitarem dos assentos.

Art. 4º O não cumprimento desta Lei sujeita o infrator às sanções previstas na Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Esta Lei é de autoria do Vereador Carlinho Antonio Polazzo - DEM.



ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO



SECRETARIA DE GABINETE
LEI Nº 5.485, DE 1º DE ABRIL DE 2020

Institui a restaurantes, lanchonetes e similares, localizados no Município de Pato Branco, a obrigatoriedade de disponibilizar cadeira infantil aos seus clientes e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1ºFicam os restaurantes, lanchonetes e similares localizados no Município de Pato Branco obrigados a disponibilizar cadeira infantil aos seus clientes.

Parágrafo único. A cadeira infantil deverá oferecer condições adequadas de conforto e segurança às crianças que frequentarem os estabelecimentos referidos no *caput*.

Art. 2ºOs estabelecimentos indicados no art. 1º terão o prazo de 60 (sessenta) dias, contados da publicação desta Lei, para se adequarem às suas disposições.

Art. 3ºA quantidade de assentos infantis a serem disponibilizados corresponderá à quantidade suficiente para atender à demanda dos clientes que necessitarem dos assentos.

Art. 4ºO não cumprimento desta Lei sujeita o infrator às sanções previstas na Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor.

Art. 5ºEsta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Esta Lei é de autoria do Vereador Carlinho Antonio Polazzo.

Gabinete do Prefeito, 1º de abril de 2020.

AUGUSTINHO ZUCCHI

Prefeito

Publicado por:
Ana Cristina Rocha da Silva Piacentini
Código Identificador:604B7DB2

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 03/04/2020. Edição 1983

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:

<http://www.diariomunicipal.com.br/amp/>



PORTARIA 17/2020

O Presidente da Câmara Municipal de Palmas, Estado do Paraná, Vereador Marcos Antonio da Silva Gomes, no uso de suas atribuições regimentais, conforça pelo artigo 30º, inciso II e XVI, do Regimento Interno e do artigo 36, incisos II e XVI da Lei Orgânica Municipal, combinado com artigo 37, inciso II, parte final da Carta Magna e Lei Municipal nº 2213/14, resolve:

NOMEAR

Conforme o artigo 16, parágrafo 1º, da Resolução nº 001/2017, ficam nomeados para Comissão de Ética Parlamentar, a vereadora Silvana de Melo Ribas Bello como Presidente, o vereador Rafael Bosco de Souza, como secretário e o vereador José Adilson da Almeida como suplente.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Palmas, 01 de abril de 2020.

Marcos Antonio da Silva Gomes

Presidente do Legislativo Municipal

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 060/2020
(Vinculado ao Pregão Eletrônico nº 003/2020)

CONTRATANTE: Município de Renascença
CONTRATADA: K&K Papelaria e Informática Eireli
OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de material de escritório e expediente, destinado as necessidades das secretarias solicitantes.
VALOR TOTAL: R\$ 2.516,50 (dois mil quinhentos e dezesseis reais e cinquenta centavos).
PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 02 de abril de 2020.
FORO: Comarca de Marreleiro, Estado do Paraná.
Renascença, 02 de abril de 2020.

LESSIR CANAN BORTOLI
Prefeito Municipal

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 061/2020
(Vinculado ao Pregão Eletrônico nº 003/2020)

CONTRATANTE: Município de Renascença
CONTRATADA: Lázaro Bezerra Soares ME
OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de material de escritório e expediente, destinado as necessidades das secretarias solicitantes.
VALOR TOTAL: R\$ 1.309,90 (um mil trezentos e nove reais e noventa centavos).
PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 02 de abril de 2020.
FORO: Comarca de Marreleiro, Estado do Paraná.
Renascença, 02 de abril de 2020.

LESSIR CANAN BORTOLI
Prefeito Municipal

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 062/2020
(Vinculado ao Pregão Eletrônico nº 003/2020)

CONTRATANTE: Município de Renascença
CONTRATADA: Belinli & Souza Ltda
OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de material de escritório e expediente, destinado as necessidades das secretarias solicitantes.
VALOR TOTAL: R\$ 16.088,99 (dezesseis mil oitenta e oito reais e noventa e nove centavos).
PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 02 de abril de 2020.
FORO: Comarca de Marreleiro, Estado do Paraná.
Renascença, 02 de abril de 2020.

LESSIR CANAN BORTOLI
Prefeito Municipal

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 063/2020
(Vinculado ao Pregão Eletrônico nº 003/2020)

CONTRATANTE: Município de Renascença
CONTRATADA: Talitha A. da S. Giroto - ME
OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de material de escritório e expediente, destinado as necessidades das secretarias solicitantes.
VALOR TOTAL: R\$ 2.083,20 (dois mil oitenta e três reais e vinte centavos).
PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 02 de abril de 2020.
FORO: Comarca de Marreleiro, Estado do Paraná.
Renascença, 02 de abril de 2020.

LESSIR CANAN BORTOLI
Prefeito Municipal

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 064/2020
(Vinculado ao Pregão Eletrônico nº 003/2020)

CONTRATANTE: Município de Renascença
CONTRATADA: Papelaria KJL Distribuidora Ltda – EPP
OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de material de escritório e expediente, destinado as necessidades das secretarias solicitantes.
VALOR TOTAL: R\$ 4.341,94 (quatro mil trezentos e quarenta e um reais e noventa e quatro centavos).
PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 02 de abril de 2020.
FORO: Comarca de Marreleiro, Estado do Paraná.
Renascença, 02 de abril de 2020.

LESSIR CANAN BORTOLI
Prefeito Municipal

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 065/2020
(Vinculado ao Pregão Eletrônico nº 003/2020)

CONTRATANTE: Município de Renascença
CONTRATADA: FMB Indústria e Distribuição de Papéis Ltda
OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de material de escritório e expediente, destinado as necessidades das secretarias solicitantes.
VALOR TOTAL: R\$ 16.747,80 (dezesseis mil setecentos e quarenta e sete reais e oitenta centavos).
PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 02 de abril de 2020.
FORO: Comarca de Marreleiro, Estado do Paraná.
Renascença, 02 de abril de 2020.

LESSIR CANAN BORTOLI
Prefeito Municipal

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 066/2020
(Vinculado ao Pregão Eletrônico nº 003/2020)

CONTRATANTE: Município de Renascença
CONTRATADA: Franco & Oliveira Ltda
OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de material de escritório e expediente, destinado as necessidades das secretarias solicitantes.
VALOR TOTAL: R\$ 500,51 (quinhentos reais e cinquenta e um centavos).
PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 02 de abril de 2020.
FORO: Comarca de Marreleiro, Estado do Paraná.
Renascença, 02 de abril de 2020.

LESSIR CANAN BORTOLI
Prefeito Municipal

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 067/2020
(Vinculado ao Pregão Eletrônico nº 003/2020)

CONTRATANTE: Município de Renascença
CONTRATADA: Astor Staudt Comércio de Produtos Educacionais Eireli - EPP
OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de material de escritório e expediente, destinado as necessidades das secretarias solicitantes.
VALOR TOTAL: R\$ 2.454,20 (dois mil quatrocentos e cinquenta e quatro reais e vinte centavos).
PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 02 de abril de 2020.
FORO: Comarca de Marreleiro, Estado do Paraná.
Renascença, 02 de abril de 2020.

LESSIR CANAN BORTOLI
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO

Extrato Termo de Aditamento nº 03/2020 - Contrato nº 141/2018.GP. Inexigibilidade nº 04/2018, Processo nº 194/2018. PARTES: Município de Pato Branco e Casa de Apoio Viver Bem Ltda - ME. OBJETO: A contratação de entidade para prestação de serviço de acolhimento institucional de pessoa com deficiência, a fim de acolher a jovem Tamara Luiza Rocha Teitla, acometida por esquizofrenia e retardo mental leve, sem familiares ou outros responsáveis em condições de recebê-la, conforme Ofício nº 1699/2018, proveniente do Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Pato Branco/PR, atendendo as necessidades da Secretaria de Assistência Social. ADITAMENTO: Do Prazo: Com base na Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993, especialmente em seu Art. 57, inciso II, as partes pactuam a prorrogação do prazo contratual para mais 02 (dois) meses, que terá início em 01 de abril de 2020 até 01 de junho de 2020. Do Valor: Com base na Cláusula Oitava, inciso I e II do Contrato, aplica-se o fator de reajuste IGP-M no percentual de 4,3%, passando o valor de R\$ 1.546,00, para R\$ 1.612,47. Devido ao acréscimo, o valor mensal a ser pago será de R\$ 2.607,50. Do Acréscimo: Com base no memorando 22/2020 expedido pelo CREAS, o valor que era recebido pela acolhida foi bloqueado, valor esse que era usado para custear parte do valor mensal devido a contratada. O valor inicial era de R\$ 2.500,00, sendo R\$ 1.546,00, custeado pelo Município e R\$ 954,00, custeado pela acolhida, que no momento encontra-se bloqueado, dessa forma, durante o período de dois meses será custeado integralmente pelo Município. Com reajuste do IGP-M no percentual de 4,3%, o valor mensal de R\$ 2.500,00 passará para R\$ 2.607,50. Caso o benefício seja desbloqueado e a acolhida volte a receber o benefício, podendo custear parte do seu tratamento, o valor pago pelo Município para complementar o valor mensal será automaticamente suspenso, e os valores pagos retroativos sejam devolvidos aos cofres do Município. Da Dotação: Para suporte da despesa será utilizada a seguinte Dotação Orçamentária: Órgão: 09 SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL - Unidade Orçamentária: 09.04 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - 082440022.2.248000 Bloco de Financiamento de Proteção Social Especial - SUAS - 3.390.39.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA - 549 Fonte: 0 Recursos Ordinários (Livres) - Desdobramento: 10.702. Permanecem em plena vigência todas as demais cláusulas e condições que não conflitem com o presente Termo. Pato Branco, 31 de março de 2020. Augustinho Zucchi - Prefeito. Andréia Aparecida da Silva – Representante Legal.

MUNICÍPIO DE MARIÓPOLIS

AVISO DE LICITAÇÃO. EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2020. UASG Nº 987693. PROCESSO Nº 234/2020. Tipo de Licitação: MENOR PREÇO POR ITEM. Data da realização: 22 de ABRIL de 2020. Abertura da Sessão: 09h00 horas. Local: www.comprasgovernamentais.gov.br. O Município de Mariópolis/PR, neste ato representado pelo Sr. Prefeito Municipal Tobias Ezequiel Taffarel Gheller e pelo Pregoeiro Oficial da municipalidade Francisco Valdomiro Bueno, que o presente instrumento subscrevem, torna público que se encontra aberto, certame licitatório na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2020, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM – Processo nº 234/2020, objetivando a aquisição de equipamentos odontológicos que serão utilizados pelo Departamento Municipal de Saúde, conforme disposto na Portaria nº 3.389 de 12 de Dezembro de 2017 do Ministério da Saúde, de acordo com as especificações contidas no Anexo I, que faz parte do edital, que será regido pela Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto nº 10.024/2019, Decreto nº 5.450, de 31/05/2005, Decreto Municipal nº 006/2008, Lei Complementar nº 123/2006, Lei Complementar nº 147/2014, Decreto nº 8.538/2015, Lei Municipal Complementar nº 41/2009, Decreto Municipal nº 36/2010, aplicando-se, ainda, subsidiariamente, no que couberem, as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/1993, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, realizará LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA A PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS – ME, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP, AO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI E Sociedade Cooperativa (S.C.). As propostas deverão obedecer às especificações estabelecidas por este instrumento convocatório e seus anexos, que dele fazem parte integrantes. Os envelopes contendo a proposta de preços e os documentos de habilitação serão recebidos conforme mencionado no edital, após o credenciamento dos interessados que se apresentarem para participar do certame no site www.comprasgovernamentais.gov.br. A sessão de processamento do Pregão será realizada eletronicamente no site: www.comprasgovernamentais.gov.br, iniciando-se no dia 22/04/2020 às 09h00 horas e será conduzida pelo Pregoeiro Oficial com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe. INFORMAÇÃO/EDITAL: O Edital de Pregão Eletrônico nº 12/2020 completo encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitação do Paço Municipal – Rua Seis, nº 1030 - Centro - CEP: 85.525-000 – Mariópolis, Estado do Paraná, no horário de expediente, de Segunda a Sexta-Feira entre as 08h00 às 13h00, E-mail: francisco.bueno@mariopolis.pr.gov.br, Portal Transparência do Município ou pelos sites www.mariopolis.pr.gov.br e www.comprasgovernamentais.gov.br - UASG Nº 987693. Mariópolis/PR, 02 de Abril de 2020. Tobias Ezequiel Taffarel Gheller - Prefeito Municipal.

MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL – PR.

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2020
Registro de Preços nº 14/2020
- UASG: 989979

O Município de Bom Sucesso do Sul – PR, comunica que realizará o Pregão Eletrônico nº 16/2020, do tipo MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR LOT, objetivando o REGISTRO DE PREÇOS para futuras e eventuais aquisições de peças e serviços de mão de obra para manutenção preventiva, corretiva ou recuperativa de veículos da frota conforme quantidades, especificações e condições descritas no Termo de Referência constante do Anexo I do Edital. A sessão do pregão eletrônico será realizada através do site www.comprasgovernamentais.gov.br, no dia 24/04/2020, às 09h00min, o edital encontra-se disponível no endereço eletrônico: www.bomsucessodosul.pr.gov.br podendo ser solicitado pelos e-mails: pregoeiro_bss@hotmail.com e/ou licitacoes@bssul.pr.gov.br. Mais informações: tel: (46) 3234-1135.

Bom Sucesso do Sul, 01 de abril de 2020.

Juliane Folle
Pregoeira

MUNICÍPIO DE SAUADOM DO IGUAU ESTADO DO PARANÁ SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS PROCESSO 050/2020 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 021/2020OBJETO: Contratação de empresa para realizar sondagens e ensaios nas estradas de Linha Pinta à Linha Vista Alegre e Figueira da BR 158 até Comunidade de Alto Santa Rosa para posterior asfaltamento do trecho, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Obras, Viação e Urbanismo: lote 01: Trecho Comunidade de Alto Santa Rosa

Item	Unid	Quant	Descrição	Vlr unit R\$	Vlr Tot R\$
01	Serviço	35	Sondagem a trado profundidade 1,50 para coleta da amostra	25,00	875,00
02	Serviço	35	Ensaio de compactação, CBR, EXP, e CBR IN-SITU	200,00	7.000,00
03	Serviços	1	Relatório e ART	620,00	620,00
					8.495,00

Item	Unid	Quant	Descrição	Vlr unit R\$	Vlr Tot R\$
01	Serviço	13	Sondagem a trado profundidade 1,50 para coleta da amostra	25,00	325,00
02	Serviço	13	Ensaio de compactação, CBR, EXP, e CBR IN-SITU	200,00	2.600,00
3	Serviços	1	Relatório e ART	620,00	620,00
					3.545,00

PRAZO DE ENTREGA: 30 (trinta) dias, a contar da assinatura do contrato. CONTRATADA: CCL SERVIÇOS EM RODOVIA – EIRELI CNPJ Nº: 29.105.107/0001-85 VALOR TOTAL: R\$ 12.040,00 (doze mil e quarenta reais). CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: O pagamento será efetuado até 15 (quinze) dias após entrega do objeto, mediante apresentação da nota fiscal com carimbo de recebido pelo Secretário de Educação. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Órgão: 03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E URBANISMO Unidade: 01 – Secretaria Municipal de Obras, Viação e Urbanismo Funcional Programática: 26.782.002.2021 – manutenção e conservação de estradas e vias Elemento da Despesa: 3.390.39.05 – serviços técnicos profissionais Principio: 395 – Despesa: 3823 Fonte de Recurso: 000 – recursos ordinários livres Valor da dotação: R\$ 12.040,00 JUSTIFICATIVA: Enquadramento no art. 24 da Lei de Licitações (Lei nº 8.666/93) que define os casos de dispensa de licitação e dentre eles, no inciso I consta a possibilidade de ser dispensada a licitação para obras e serviços de engenharia até o limite de 10% do limite estabelecido na alínea "a", do inciso I do art. 23 da Lei de Licitações, que apresente até em R\$ 330.000,00 de acordo com o decreto 9.412/2018. Gabinete do Prefeito, em 02 de abril de 2020. AURDO CESAR CENCO Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO – ESTADO DO PARANÁ

LEI Nº 5.485, DE 1º DE ABRIL DE 2020

Instala a restaurantes, lanchonetes e similares, localizados no Município de Pato Branco, a obrigatoriedade de disponibilizar cadeira infantil aos seus clientes e às outras providências.

A Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º Ficam os restaurantes, lanchonetes e similares localizados no Município de Pato Branco obrigados a disponibilizar cadeira infantil aos seus clientes.
Parágrafo único: A cadeira infantil deverá oferecer condições adequadas de conforto e segurança às crianças que frequentarem as estabelecimentos referidos no caput.
Art. 2º Os estabelecimentos indicados no art. 1º terão o prazo de 60 (sessenta) dias, contados da publicação desta Lei, para se adequarem às disposições desta Lei.
Art. 3º A quantidade de assentos infantis a serem disponibilizados corresponderá à quantidade suficiente para atender à demanda dos clientes que necessitarem dos assentos.
Art. 4º O não cumprimento desta Lei sujeita o infrator às sanções previstas na Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor.
Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Esta Lei é de autoria do Vereador Caetano Antonio Polazzo.
Gabinete do Prefeito, 1º de abril de 2020.
AUGUSTINHO ZUCCHI
Prefeito

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO – ESTADO DO PARANÁ

LEI Nº 5.486, DE 1º DE ABRIL DE 2020

Proíbe o uso de Narguilé em locais que especifca, bem como a venda de cachimbo contendo nicotina como Narguilé e insumos aos menores de 18 (dezoito) anos.

A Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º Fica proibido o uso do "Narguilé" em locais públicos, abertos ou fechados, bem como a venda do cachimbo, essências e complementos para crianças e adolescentes.
§ 1º Para os fins do disposto no caput deste artigo, entende-se por locais públicos, vias públicas, passagens, praças, áreas de lazer, ginásios e espaços esportivos, escolas, bibliotecas, espaços de exposições e qualquer local onde houver concentração e aglomeração de pessoas.
§ 2º Fica autorizado o uso do "Narguilé" em tabacarias e confeitarias com ambientes específicos para a prática, ficando vedada a permanência e/ou frequência das crianças e adolescentes.
Art. 2º O responsável pelos locais de que trata esta Lei deverá advertir os eventuais infratores sobre a proibição local e, se necessário mediante auxílio de força policial.
Parágrafo único: Os estabelecimentos que comercializam o produto, inclusive o fumo e demais componentes para o seu uso, ficam obrigados a solicitar o documento de identidade que comprove a maioridade do comprador.
Art. 3º A fiscalização e aplicação das sanções pelo descumprimento desta Lei ficará a cargo dos órgãos competentes da municipalidade.
Art. 4º Os estabelecimentos que comercializam o "Narguilé" deverão fixar aviso, em local de fácil visualização, quanto à proibição do uso nos locais que dispõe esta Lei bem como da proibição de venda para crianças e adolescentes.
Art. 5º O descumprimento desta Lei implicará em multa de R\$ 13 (treze) UFM's, dobrada em caso de reincidência.
Parágrafo único: Os valores provenientes da aplicação de penalidades previstas nesta Lei poderão ser, parcial ou integralmente, revertidos em ações e campanhas educativas.
Art. 6º Toma obrigatória o encaminhamento ao Conselho Tutelar do menor flagrado em local público fazendo uso do narguilé, respondendo a aplicação das sanções ao proprietário se a infração for cometida em estabelecimento comercial.
Parágrafo único: Caberá punição por negligência, na forma da lei, aos pais ou responsáveis dos menores infratores reincidentes.
Art. 7º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei em até 30 (trinta) dias, contados da data da sua publicação.
Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Esta Lei é de autoria do Vereador Vilmar Maccari.
Gabinete do Prefeito, 1º de abril de 2020.
AUGUSTINHO ZUCCHI
Prefeito

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO - EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE PORTARIA

Nº PORTARIA	NOME	ASSUNTO	DATA
185/2020	ROSANILDO BIONETTI	MOVIMENTO ADORFA PATOBRV	21.03.2020
196/2020	VALERIO DE ARAUJO ALBUQUERQUE	MOVIMENTO ADORFA PATOBRV	21.03.2020
197/2020	OLGA MARIA SCHWABEN PASSA	MOVIMENTO ADORFA PATOBRV	21.03.2020
198/2020	CLECIENE CHAMULELA BORSATTI	MOVIMENTO ADORFA PATOBRV	21.03.2020
199/2020	CLOVIS GRESELE	MOVIMENTO ADORFA PATOBRV	21.03.2020
200/2020	VITOR SIMONATO	PENSAO PATOBRV	21.03.2020
201/2020	ZELIA DE FATIMA VIEIRA	ABONO FERNANCA PATOBRV	21.03.2020

A publicação na íntegra da(s) lei(s) acima, encontra-se disponível (são) no registro eletrônico www.diariomunicipal.com.br - Edição de 03 de abril de 2020, respectivamente, conforme Lei Complementar nº 36, de 06 de julho de 2017.



CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

PLO 139/2019 - Projeto de Lei Ordinária



Ementa: Institui a restaurantes, lanchonetes e similares, localizados no Município de Pato Branco, a obrigatoriedade de disponibilizar cadeira infantil aos seus clientes e dá outras providências.

(A cadeira infantil deverá oferecer condições adequadas de conforto e segurança às crianças que frequentarem os estabelecimentos que terão o prazo de 60 (sessenta) dias, contados da publicação desta Lei, para se adequarem às suas disposições. A quantidade de assentos infantis a serem disponibilizados corresponderá à quantidade suficiente para atender à demanda dos clientes que necessitarem dos assentos)

Autor: Carlinho Antonio Polazzo - PROS

Data Entrada: 26 de abril de 2019

Leitura em Plenário: 29 de abril de 2019

Parecer Comissão de Justiça e Redação

Distribuído em: 30 de abril de 2019

Relator: Joecir Bernardi - SD

Data Anexação do Parecer Favorável: 16 de agosto de 2019

Solicitado Parecer Jurídico em: 8 de maio de 2019

Emitido em 30 de julho de 2019.

Parecer Comissão de Políticas Públicas

Distribuído em: 16 de agosto de 2019

Relator: Fabricio Preis de Mello - PSD

Data Anexação do Parecer Favorável: 16 de setembro de 2019

Parecer Comissão Orçamento e Finanças

Distribuído em: 19 de setembro de 2019

Relator: Claudemir Zanco - PDT

Redistribuído em: 10 de fevereiro de 2020

Relator: Vilmar Maccari - PDT

Data Anexação do Parecer Favorável: 5 de março de 2020

VOTAÇÃO SIMPLES

PRIMEIRA VOTAÇÃO: 11 de março de 2020 – Aprovado com 10 (dez) votos. Aprovado com **emenda aditiva**.

Votaram a favor: Amilton Maranoski - PV, Carlinho Antonio Polazzo – PROS, Claudemir Zanco - PDT, Fabricio Preis de Mello – PSD, Joecir Bernardi – SD, José Gilson Feitosa da Silva – PT, Marines Boff Gerhardt - PSDB, Rodrigo José Correia - PSC, Ronalce Moacir Dalchiavan - PP e Vilmar Maccari - PDT.

* O Vereador Amilton Maranoski - PV assumiu (30/10/2019) a vaga do vereador Marco Antonio Augusto Pozza - PSD, em razão da extinção de seu mandato, conforme Ato da Mesa nº 1/2019.

SEGUNDA VOTAÇÃO: 16 de março de 2020 – Aprovado com 10 (dez) votos.

Votaram a favor: Amilton Maranoski - PV, Carlinho Antonio Polazzo – PROS, Claudemir Zanco - PDT, Fabricio Preis de Mello – PSD, Joecir Bernardi – SD, José Gilson Feitosa da Silva – PT, Marines Boff Gerhardt - PSDB, Rodrigo José Correia - PSC, Ronalce Moacir Dalchiavan - PP e Vilmar Maccari - PDT.

* O Vereador Amilton Maranoski - PV assumiu (30/10/2019) a vaga do vereador Marco Antonio Augusto Pozza - PSD, em razão da extinção de seu mandato, conforme Ato da Mesa nº 1/2019.

REDAÇÃO FINAL: Ofício nº 119/2020/DL, de 16 de março de 2020.

SANÇÃO: Lei nº 5485, de 1º de abril de 2020.

PUBLICAÇÃO: Publicada na página B2 do Jornal Diário do Sudoeste, edição nº 7610, de 3 de abril de 2020 e no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 3/4/2020. Edição nº 1983.



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / legislativo@patobranco.pr.leg.br

